

HABEAS CORPUS Nº 549.216 - AM (2019/0359799-3)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : MAXSUEL MAIA PEREIRA
ADVOGADO : MAXSUEL MAIA PEREIRA - AC005424
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIAO
PACIENTE : EDJALVAS CARVALHO DE MESQUITA FILHO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de EDJALVAS CARVALHO DE MESQUITA FILHO apontando como autoridade coatora o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (HC 1028860-62.2019.4.01.0000).

Colhe-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente, no bojo da denominada "Operação Ojuara", em razão do suposto envolvimento *"em organização criminosa voltada à prática de delitos ambientais no Estado do Amazonas, inclusive no município de Boca do Acre/AM, contando com a colaboração de servidores do IBAMA e de policiais militares, que deveriam, por força de suas prerrogativas funcionais, proteger a o meio ambiente e a segurança pública, respectivamente, mediante pagamento de propina"* (e-STJ fl. 20).

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ* perante o Tribunal de origem, que concedeu parcialmente a ordem para substituir a prisão preventiva do paciente por medidas cautelares diversas, em acórdão cuja ementa foi assim definida (e-STJ fl. 17):

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. LAVAGEM DE CAPITAIS. DESMATAMENTO E FALSIDADE IDEOLÓGICA. "OPERAÇÃO OJUARA". POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA CUSTÓDIA POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

1. Organização criminosa investigada no âmbito da "Operação Ojuara", atuante nos Estados do Acre e Amazonas, responsável por desmatar extensas áreas de preservação da floresta amazônica, mediante oferecimento de vantagens a agentes do IBAMA e da Polícia Militar.

2. A substituição da custódia preventiva por medidas cautelares distintas atende à necessidade de garantia da ordem pública, considerando que o paciente é tecnicamente primário e possui

Superior Tribunal de Justiça

residência declarada, circunstâncias que apontam a possibilidade de substituição da sua custódia preventiva por medidas cautelares diversas da prisão.

3. Ordem concedida em parte para aplicar medidas substitutivas à prisão (art. 319, I, III, IV, VIII e IX do CPP), para garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, pois apesar da ausência de contemporaneidade, as circunstâncias do crime evidenciam a necessidade de tais medidas.

No presente *writ*, sustenta a defesa, em breve síntese, que o acórdão ora reprochado arbitrara a fiança no valor de 100 salários-mínimos, "*valor completamente fora da realidade econômica do paciente*", sendo que "*este Superior Tribunal de Justiça tem entendimento sedimentado no sentido de que o não pagamento da fiança arbitrada, por si só, não justifica a segregação cautelar máxima*" (e-STJ fl. 5).

Requer, inclusive liminarmente, a concessão da ordem para dispensar o valor arbitrado a título de fiança, expedindo-se alvará de soltura em benefício do paciente.

É o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, no entanto, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, notadamente por não se vislumbrar, ao menos neste juízo perfunctório dos autos e diante das particularidades do caso, hipossuficiência financeira do paciente que impeça o pagamento da fiança determinada pelo Tribunal *a quo*.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se verificar a existência de constrangimento ilegal, o que será realizado oportunamente, quando do julgamento definitivo do presente *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora acerca do

Superior Tribunal de Justiça

alegado na inicial do *writ*, ressaltando-se que deverá noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator